

# SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUESTÕES .....	33	1.1. Conceito.....	71
<b>CAPÍTULO I</b>		1.2. Distinção entre nacionalidade e cidadania .....	71
<b>INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>45</b>	1.3. Termos jurídicos relacionados à nacionalidade .....	71
<b>1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL ...</b>	<b>45</b>	1.3.1. Povo .....	71
1.1. Conceito de Direito Eleitoral.....	45	1.3.2. População.....	72
1.2. Objeto .....	45	1.3.3. Nação.....	72
1.3. Taxonomia e autonomia .....	46	1.3.4. Estado.....	72
1.4. Fontes .....	47	1.4. Espécies de nacionalidade.....	72
1.4.1. Fontes diretas.....	47	1.4.1. Nacionalidade originária .....	72
1.4.2. Fontes indiretas.....	49	1.4.2. Nacionalidade derivada.....	72
1.5. Codificações eleitorais .....	54	1.5. Critérios para a obtenção da nacionalidade originária .....	72
1.6. Competência legislativa .....	55	1.5.1. Critério do <i>jus soli</i> (local do nascimento).....	72
1.7. Princípios do Direito Eleitoral .....	56	1.5.2. Critério do <i>jus sanguinis</i> (fator sanguíneo).....	72
1.7.1. Conceito de princípio.....	56	1.6. Critérios adotados pelo Brasil.....	72
1.7.2. Princípios do Direito Eleitoral em espécie.....	56	1.7. Nacionalidade derivada .....	73
1.7.2.1. Princípio da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral .....	56	1.7.1. Noção .....	73
1.7.2.2. Princípio da celeridade .....	59	1.7.2. Requisitos para a aquisição da nacionalidade derivada no Brasil.....	73
1.7.2.3. Princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais .....	60	1.7.3. Situação jurídica dos portugueses residentes no Brasil .....	74
1.7.2.4. Princípio da lisura das eleições ou da isonomia de oportunidades .....	60	1.8. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados .....	75
1.7.2.5. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos.....	61	1.8.1. Tratamento diferenciado para a ocupação de certos cargos (CF, art. 12, § 3º) .....	75
<b>2. SINOPSE.....</b>	<b>63</b>	1.8.2. Tratamento diferenciado para o exercício de funções relevantes .....	75
<b>3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>64</b>	1.8.3. Tratamento diferenciado para a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão de sons e imagens .....	76
3.1. Informativos .....	64	1.8.4. Tratamento diferenciado para a extradição .....	76
3.2. Jurisprudência selecionada.....	68		
<b>CAPÍTULO II</b>			
<b>NACIONALIDADE .....</b>	<b>71</b>		
<b>1. NACIONALIDADE .....</b>	<b>71</b>		

1.9. Perda da nacionalidade.....	77	1.3.4. Reelegibilidade.....	136
1.9.1. Perda da nacionalidade, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (CF, art. 12, § 4º, I).....	77	1.3.4.1. Conceito .....	136
1.9.2. Perda da nacionalidade por pedido expresso à autoridade brasileira competente .....	77	1.3.4.2. Hipóteses constitucionais.....	136
1.10. Vocabulário .....	77	1.3.5. Privação dos direitos políticos .....	137
<b>2. SINOPSE.....</b>	<b>78</b>	1.3.5.1. Introdução.....	137
<b>3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>79</b>	1.3.5.2. Hipóteses legais .....	138
3.1. Informativos .....	79	1.3.6. Direitos políticos dos militares .....	142
3.2. Jurisprudência selecionada.....	80	1.3.7. Direitos políticos dos magistrados.....	144
<b>CAPÍTULO III</b>		1.3.8. Direitos políticos dos membros de Tribunais de Contas.....	144
<b>DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>83</b>	1.3.9. Direitos políticos dos membros do Ministério Público .....	144
<b>1. DIREITOS POLÍTICOS.....</b>	<b>83</b>	1.4. Político Ficha Limpa.....	145
1.1. Conceito.....	83	1.4.1. Origem.....	145
1.2. Democracia.....	84	1.4.2. Legislação .....	146
1.3. Modalidades.....	87	1.4.3. Aplicabilidade imediata .....	146
1.3.1. Direitos políticos ativos (capacidade eleitoral ativa).....	87	1.4.4. Efeito suspensivo .....	151
1.3.1.1. Conceito .....	87	1.4.5. Aditamento recursal .....	152
1.3.1.2. Sufrágio .....	88	1.4.6. Elegibilidade mantida .....	152
1.3.2. Direitos políticos passivos (capacidade eleitoral passiva) .....	92	1.4.7. Quadro resumido.....	154
1.3.2.1. Conceito .....	92	<b>2. SINOPSE.....</b>	<b>156</b>
1.3.2.2. Condições de elegibilidade ...	93	<b>3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>158</b>
1.3.3. Inelegibilidade.....	98	3.1. Súmulas STF.....	158
1.3.3.1. Conceito .....	98	3.2. Súmulas TSE .....	158
1.3.3.2. Casos de inelegibilidade .....	99	3.3. Informativos .....	161
1.3.3.3. Desincompatibilização.....	134	3.4. Jurisprudência selecionada.....	177
1.3.3.3.1. Conceito.....	134	<b>CAPÍTULO IV</b>	
1.3.3.3.2. Finalidade.....	134	<b>PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>183</b>
1.3.3.3.3. Heterodesincompatibilização e autodesincompatibilização.....	134	<b>1. PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>183</b>
1.3.3.3.5. Tabela resumo de desincompatibilização .....	135	1.1. Conceito.....	183
		1.2. Natureza jurídica .....	186
		1.3. Finalidade .....	188
		1.4. Sistemas partidários.....	188
		1.5. Regramento constitucional.....	189
		1.6. Autonomia partidária .....	193
		1.7. Recursos do Fundo Partidário e propaganda gratuita no rádio e na TV.....	194

1.7.1. Fundo Partidário .....	194	1.2.2.1. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério .....	232
1.7.2. Acesso gratuito ao rádio e à televisão .....	201	1.2.2.2. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, bem como auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei .....	233
1.8. Atuais partidos políticos brasileiros .....	202	1.2.2.3. Dedicar-se à atividade político-partidária e exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração ....	233
1.9. Infidelidade partidária por fixação jurisprudencial.....	206	1.3. Organização da Justiça Eleitoral.....	235
1.9.1. Noções gerais .....	206	1.3.1. Introdução .....	235
1.9.2. Constitucionalidade da Resolução TSE nº 22.610/07 .....	209	1.3.2. Tribunal Superior Eleitoral .....	235
1.9.3. Legitimidade ativa e prazo para a propositura da ação .....	210	1.3.2.1. Posição topográfica.....	235
1.9.4. Tutela antecipada.....	210	1.3.2.2. Composição .....	235
1.9.5. Hipóteses de justa causa .....	210	1.3.2.3. Competência.....	237
1.9.6. Competência .....	211	1.3.3. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).....	242
1.9.7. Atuação do Ministério Público Eleitoral .....	212	1.3.3.1. Conceito .....	242
1.9.8. Procedimento .....	212	1.3.3.2. Organização .....	242
1.9.9. Duração razoável do processo .....	214	1.3.3.3. Competência.....	243
1.9.10. Vigência .....	214	1.3.4. Juízes eleitorais .....	245
1.10. Infidelidade partidária por fixação legal (Lei n.º 13.165/15) e nova previsão trazida pela EC n.º 111/21. ....	214	1.3.4.1. Posição topográfica.....	245
<b>2. SINOPSE.....</b>	<b>217</b>	1.3.4.2. Competência.....	245
<b>3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>218</b>	1.3.5. Juntas Eleitorais.....	246
3.1. Súmulas do TSE .....	218	1.3.5.1. Posição topográfica.....	246
3.2. Informativos .....	218	1.3.5.2. Competência.....	248
3.3. Jurisprudência selecionada.....	229	<b>2. SINOPSE.....</b>	<b>248</b>
<b>CAPÍTULO V</b>		<b>3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>250</b>
<b>JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>	<b>231</b>	3.1. Súmulas STF .....	250
<b>1. JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>	<b>231</b>	3.2. Súmulas TSE .....	250
1.1. Origem .....	231	3.3. Informativos .....	250
1.2. Garantias e vedações da magistratura em geral e da magistratura eleitoral .....	231	3.4. Jurisprudência selecionada.....	253
1.2.1. Garantias .....	231		
1.2.1.1. Vitaliciedade .....	231		
1.2.1.2. Inamovibilidade .....	232		
1.2.1.3. Irredutibilidade de subsídio...232			
1.2.2. Vedações .....	232		

**CAPÍTULO VI****MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL ..... 257****1. MINISTÉRIO PÚBLICO..... 257**

1.1. Conceito.....257

1.2. Princípios institucionais .....257

1.2.1. Unidade .....257

1.2.2. Indivisibilidade .....257

1.2.3. Independência funcional .....258

1.3. Autonomia.....259

1.3.1. Autonomia funcional e administrativa.....259

1.3.2. Autonomia financeira .....259

1.4. Organização .....259

1.4.1. Ministério Público da União (MPU) .....259

1.4.1.1. Chefia institucional .....259

1.4.1.2. Ramos integrantes .....260

1.4.2. Ministério Público dos Estados.....261

1.4.2.1. Chefia institucional .....261

1.4.2.2. Órgãos integrantes.....261

1.5. Garantias .....262

1.5.1. Vitaliciedade.....262

1.5.2. Inamovibilidade .....262

1.5.3. Irredutibilidade de subsídios .....262

1.6. Vedações .....262

1.6.1. O recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais .....263

1.6.2. O exercício da advocacia.....263

1.6.3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei .....263

1.6.4. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério .....264

1.6.5. Exercer atividade político-partidária .....264

1.6.6. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei .....264

1.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) .....264

1.7.1. Origem.....264

1.7.2. Composição.....265

1.7.3. Atribuições .....265

1.7.4. Reclamações e representações .....265

**2. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL ..... 266**

2.1. Conceito e princípios institucionais .....266

2.2. Organização .....267

2.2.1. Ministério Público Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral .....267

2.2.1.1. Atuação .....267

2.2.1.2. Atribuições .....267

2.2.2. Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral .....269

2.2.2.1. Atuação .....269

2.2.2.2. Atribuições .....269

2.2.3. Ministério Público perante os Juízes e Juntas Eleitorais .....270

2.2.3.1. Atuação .....270

2.2.3.2. Atribuições .....271

2.3. Funções do Ministério Público Eleitoral segundo a doutrina.....274

2.3.1. Em ano sem eleição .....274

2.3.2. Em ano eleitoral .....275

2.4. Designação de promotores eleitorais ...277

**3. SINOPSE ..... 279****4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA .... 280**

4.1. Informativos .....280

4.2. Jurisprudência selecionada.....286

**CAPÍTULO VII****ALISTAMENTO ELEITORAL ..... 289****1. ALISTAMENTO ELEITORAL ..... 289**

1.1. Conceito e previsão legal .....289

1.2. Obrigatoriedade .....290

1.3. Facultatividade .....290

1.4. Vedações .....290

1.5. Direito de voto.....291

1.5.1. Obrigatoriedade .....291

1.5.2. Facultatividade .....	291	1.6. Propaganda intrapartidária .....	319
1.5.3. Vedação .....	291	1.7. Coligações.....	319
1.6. Domicílio eleitoral .....	292	1.7.1. Conceito .....	319
1.7. Procedimento para o alistamento .....	293	1.7.2. Natureza jurídica .....	319
1.7.1. Introdução.....	293	1.7.3. Denominação.....	320
1.7.1.1. Qualificação .....	293	1.7.4. Verticalização .....	320
1.7.1.2. Inscrição .....	294	1.7.5. Regramento legal.....	321
1.7.1.3. Deferimento.....	296	1.7.6. Quem representa a coligação.....	321
1.7.2. Impugnações e recursos ao alistamento.....	296	1.8. Federações partidárias.....	322
1.7.3. Encerramento do alistamento.....	297	1.8.1. Conceito .....	322
1.8. Consequências do não alistamento .....	298	1.8.2. Previsão legal .....	322
1.9. Transferência, revisão, segunda via, cancelamento e exclusão.....	298	1.8.3. Regras legais para se instituir uma federação partidária (Lei n.º 9.096/95, art. 11-A) .....	322
1.9.1. Transferência .....	298	1.8.4. Fases para criação de uma federação de partidos políticos .....	322
1.9.2. Revisão .....	299	1.8.5. Atuação da federação nas eleições .....	323
1.9.3. Segunda via .....	300	1.8.6. Semelhanças e distinções entre coligações partidárias e federação de partidos políticos .....	323
1.9.4. Cancelamento e exclusão.....	301	<b>2. REGISTRO DE CANDIDATURAS .....</b>	<b>324</b>
1.10. Fiscalização do alistamento .....	308	2.1. Introdução .....	324
1.11. Título eleitoral .....	308	2.2. Competência .....	325
<b>2. SINOPSE.....</b>	<b>309</b>	2.3. Requisitos legais .....	325
<b>3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>311</b>	2.4. Prazo .....	326
3.1. Informativos .....	311	2.5. Quantidade de candidatos .....	327
3.2. Jurisprudência Seleccionada .....	313	2.5.1. Nas eleições majoritárias.....	327
<b>CAPÍTULO VIII</b>		2.5.2. Nas eleições proporcionais.....	327
<b>CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E REGISTRO</b>		2.6. Percentual mínimo de vagas para o sexo masculino e feminino nas eleições proporcionais.....	327
<b>DE CANDIDATURAS .....</b>	<b>317</b>	2.7. Identificação numérica dos candidatos .....	329
<b>1. CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DE</b>		2.7.1. Nas eleições majoritárias.....	329
<b>CANDIDATOS.....</b>	<b>317</b>	2.7.2. Nas eleições proporcionais.....	330
1.1. Noção.....	317	2.8. Variação nominal dos candidatos.....	330
1.2. Espécies .....	317	2.9. Substituição de candidatos.....	331
1.2.1. Convenção municipal .....	317	2.10. Cancelamento de registro.....	333
1.2.2. Convenção regional .....	317		
1.2.3. Convenção nacional .....	318		
1.3. Prazo .....	318		
1.4. Local das convenções.....	318		
1.5. Escolha de candidatos.....	318		

2.11. Candidatura nata e candidatura avulsa .....	333	1.5.1. Introdução.....	365
2.12. “Check list” da Justiça Eleitoral para o registro de candidaturas .....	336	1.5.2. Previsão legal .....	366
<b>3. SINOPSE.....</b>	<b>340</b>	1.5.3. Prazo e propaganda antecipada ou extemporânea.....	366
<b>4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>342</b>	1.5.4. Identificação e idioma (CE, art. 242; e Lei das Eleições, art. 36, § 4º).....	368
4.1. Súmulas do TSE .....	342	1.5.5. Meios fiscalizatórios.....	368
4.2. Informativos .....	344	1.5.6. Meios de veiculação de propaganda .....	368
4.3. Jurisprudência selecionada.....	351	1.5.6.1. Introdução.....	368
<b>CAPÍTULO IX</b>		1.5.6.2. Outdoors .....	369
<b>PROPAGANDA POLÍTICA .....</b>	<b>357</b>	1.5.6.3. Imprensa escrita .....	370
<b>1. PROPAGANDA POLÍTICA .....</b>	<b>357</b>	1.5.6.4. Rádio e televisão.....	370
1.1. Conceito de propaganda.....	357	1.5.6.5. Debates .....	374
1.2. Distinção entre propaganda eleitoral, propaganda intrapartidária e propaganda partidária .....	358	1.5.6.6. Pesquisas e testes pré-eleitorais .....	376
1.3. Princípios .....	359	1.5.6.7. Internet .....	380
1.3.1. Princípio da legalidade.....	359	1.5.6.8. Outros meios de propaganda .....	382
1.3.2. Princípio da liberdade .....	359	1.6. Representação por propaganda eleitoral ilícita e direito de resposta .....	392
1.3.3. Princípio da responsabilidade .....	360	1.6.1. Representação por propaganda eleitoral ilícita .....	392
1.3.4. Princípio da igualdade .....	361	1.6.2. Direito de resposta.....	394
1.3.5. Princípio da disponibilidade .....	361	1.6.2.1. Introdução.....	394
1.3.6. Princípio do controle judicial da propaganda .....	362	1.6.2.2. Competência.....	394
1.4. Propaganda partidária .....	362	1.6.2.3. Legitimação ativa e passiva ...	394
1.4.1. Previsão legal .....	362	1.6.2.4. Prazo para o exercício.....	395
1.4.2. Regramento legal (Lei n.º 9.096/95, art. 50-A) .....	363	1.6.2.5. Procedimento .....	395
1.4.2.1. Horário de veiculação .....	363	<b>2. SINOPSE.....</b>	<b>399</b>
1.4.2.2. Âmbito nacional ou estadual.....	363	<b>3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>401</b>
1.4.2.3. Competência.....	363	3.1. Súmulas do TSE .....	401
1.4.2.4. Inserções .....	363	3.2. Informativos .....	401
1.4.2.5. Tempo de veiculação por partido político.....	363	3.3. Jurisprudência selecionada.....	412
1.4.3. Finalidades .....	364	<b>CAPÍTULO X</b>	
1.4.4. Vedações .....	364	<b>SISTEMAS ELEITORAIS, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO E MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO .....</b>	<b>417</b>
1.4.5. Desobediência, punição e procedimento .....	365	<b>1. SISTEMAS ELEITORAIS.....</b>	<b>417</b>
1.4.6. Propaganda intrapartidária .....	365	1.1. Noções prévias e conceito .....	417
1.5. Propaganda eleitoral.....	365		

1.2. Sistema majoritário .....	417
1.2.1. Conceito .....	417
1.3. Sistema proporcional .....	419
1.3.1. Conceito .....	419
1.3.2. Quociente Eleitoral (QE) .....	420
1.3.3. Quociente Partidário (QP) .....	421
1.3.4. Distribuição das sobras .....	422
<b>2. COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO BRASILEIRO .....</b>	<b>425</b>
2.1. Congresso Nacional (Parlamento da União) .....	425
2.1.1. Câmara dos Deputados .....	425
2.1.2. Senado Federal .....	427
2.2. Assembleias Legislativas (Parlamento dos Estados-membros) .....	428
2.3. Câmara Legislativa (Parlamento do Distrito Federal) .....	430
2.4. Câmara Municipal (Parlamento dos Municípios) .....	430
<b>3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO .....</b>	<b>431</b>
3.1. Introdução .....	431
3.2. Circunscrições eleitorais .....	432
3.2.1. O país (território nacional) .....	432
3.2.2. O território do Distrito Federal .....	432
3.2.3. O território dos Estados- membros .....	432
3.2.4. O território do Município .....	432
3.3. Zonas eleitorais (ZE) .....	432
3.4. Seções eleitorais .....	432
<b>4. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO ...</b>	<b>436</b>
4.1. Introdução .....	436
4.2. Mesas Receptoras .....	436
<b>5. SINOPSE .....</b>	<b>439</b>
<b>6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ...</b>	<b>440</b>
6.1. Súmulas do TSE .....	440
6.2. Informativos .....	440
6.3. Jurisprudência selecionada .....	445
<b>CAPÍTULO XI VOTAÇÃO, APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS, PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS .....</b>	<b>451</b>
<b>1. VOTAÇÃO .....</b>	<b>451</b>
1.1. Lugares de votação (CE, art. 135) .....	451
1.2. Sistema eletrônico de votação- .....	452
1.3. Sigilo e inviolabilidade do voto (CE, art. 103) .....	453
1.4. Folha eletrônica de votação (Lei nº 9.504/97, art. 62) .....	454
1.5. Procedimento da votação .....	454
1.5.1. Providências preliminares (CE, art. 142) .....	454
1.5.2. Início dos trabalhos (CE, art. 143) .....	454
1.5.3. Prioridade na votação .....	456
1.5.4. Horário de recebimento dos votos (CE, art. 144) .....	457
1.5.5. Assinatura dos eleitores (Lei nº 7.332/85, art. 18) .....	458
<b>2. APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS.....</b>	<b>461</b>
2.1. Introdução .....	461
2.2. Competência (CE, art. 158) .....	465
2.3. A utilização das urnas eletrônicas .....	471
2.4. A proclamação dos resultados (proclamação dos eleitos) .....	472
<b>3. DIPLOMAÇÃO .....</b>	<b>473</b>
3.1. Conceito .....	473
3.2. Natureza jurídica .....	473
3.3. Prazo .....	474
3.4. Competência para diplomar .....	475
3.4.1. Tribunal Superior Eleitoral .....	475
3.4.2. Tribunal Regional Eleitoral .....	475
3.4.3. Junta Eleitoral .....	475
3.5. Fiscalização da diplomação .....	475
3.6. Prerrogativas e vedações a partir da diplomação .....	476

3.6.1. Prerrogativas (CF, art. 53) .....	476	1.2.2.3. Sanções .....	493
3.6.1.1. Foro privilegiado por prerrogativa de função .....	476	1.2.3. Abuso de poder no uso dos meios de comunicação social .....	493
3.6.1.2. Prisão .....	476	1.2.3.1. Conceito .....	493
3.6.1.3. Sustação de processo penal .....	476	1.2.3.2. Limitação do poder dos meios de comunicação social .....	494
3.6.1.4. Facultatividade de prestar testemunho .....	477	1.2.3.3. Sanções .....	496
3.6.1.5. Incorporação às Forças Armadas .....	477	<b>2. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....</b>	<b>498</b>
3.6.2. Vedações (CF, art. 154, i, “a” e “b”) .....	477	2.1. Conceito.....	498
3.6.2.1. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.....	477	2.2. Origem.....	498
3.6.2.2. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público remunerado .....	477	2.3. Previsão legal.....	498
3.7. Perda do diploma .....	477	2.4. Elementos configuradores da captação ilícita de sufrágio.....	499
<b>4. SINOPSE.....</b>	<b>478</b>	2.4.1. A prática de uma conduta punível .....	499
<b>5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>480</b>	2.4.2. A legitimidade da conduta .....	499
5.1. Informativos .....	480	2.4.3. A finalidade .....	500
5.2. Jurisprudência Seleccionada .....	484	2.4.4. O lapso temporal .....	500
<b>CAPÍTULO XII</b>		2.5. Sanções.....	501
<b>ABUSO DE PODER, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIOS E CONDUTAS VEDADAS .....</b>	<b>489</b>	2.5.1. Multa .....	501
<b>1. ABUSO DE PODER .....</b>	<b>489</b>	2.5.2. Cassação do registro ou do diploma.....	501
1.1. Introdução .....	489	2.5.3. Inelegibilidade.....	501
1.2. Espécies de abuso de poder .....	490	2.6. Procedimento legal .....	502
1.2.1. Abuso de poder econômico .....	490	<b>3. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA .....</b>	<b>502</b>
1.2.1.1. Conceito .....	490	3.1. Introito .....	502
1.2.1.2. Limitação da influência do poder econômico.....	491	3.2. Previsão legal.....	503
1.2.1.3. Sanções .....	491	3.3. Rol de condutas vedadas .....	503
1.2.2. Abuso de poder político .....	492	3.3.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos, (federações) ou coligações (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. I) .....	503
1.2.2.1. Conceito .....	492	3.3.2. Utilização de materiais e serviços custeados por governos ou casas legislativas (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. II).....	504
1.2.2.2. Limitação da influência do poder político .....	492	3.3.3. de servidores públicos em campanha durante o horário de expediente (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III) .....	505

3.3.4. Utilização promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. IV).....	505
3.3.5. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).....	506
3.3.6. Revisão geral de remuneração de servidores públicos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VIII) .....	507
3.3.7. Realização de movimentação de pessoal (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. V) .....	508
3.3.8. Realização de transferência voluntária de recursos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “a”) .....	509
3.3.9. Publicidade institucional (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “b”, art. 73, inc. VII e art. 74) .....	510
3.3.10. Pronunciamento em cadeia de rádio e TV (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “c”).....	512
3.3.11. Contratação de shows artísticos (Lei n.º 9.504/97, art. 75).....	512
3.3.12. Inaugurações de obras públicas (Lei n.º 9.504/97, art. 77).....	513
3.4. Sanções legais.....	514
3.5. Procedimento legal .....	516
<b>4. SINOPSE.....</b>	<b>517</b>
<b>5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>518</b>
5.1. Súmulas do TSE .....	518
5.2. Informativos .....	518
5.3. Jurisprudência Seleccionada .....	528
 <b>CAPÍTULO XIII</b>	
<b>POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL, CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....</b>	
<b>1. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL.....</b>	<b>533</b>
1.1. Introdução .....	533
1.2. Polícias judiciárias.....	533
1.2.1. Polícia judiciária da União.....	533
1.2.2. Polícia judiciária estadual .....	533
1.3. Polícia judiciária incumbida de apurar a prática de crimes eleitorais.....	534
1.4. Apuração dos crimes eleitorais.....	534
1.4.1. Polícia Judiciária Eleitoral.....	534
1.4.2. Notícia-crime eleitoral .....	534
1.4.3. Inquérito policial (IPL) e termo circunstanciado de ocorrência (TCO) eleitoral.....	536
1.4.4. Prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem fiança.....	537
<b>2. CRIMES ELEITORAIS.....</b>	<b>538</b>
2.1. Conceito.....	538
2.2. Natureza jurídica .....	538
2.3. Classificação das infrações penais eleitorais .....	538
2.3.1. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 (fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição) .....	548
2.3.2. Crimes eleitorais na Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades) .....	551
2.3.3. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições) .....	551
<b>3. PROCESSO PENAL ELEITORAL.....</b>	<b>556</b>
3.1. Conceito.....	556
3.2. Condições da ação penal eleitoral.....	556
3.2.1. Legitimidade “ad causam” (legitimação para agir) .....	556
3.2.2. Interesse de agir.....	557
3.2.3. Possibilidade jurídica do pedido....	557
3.3. Classificação das ações penais em geral .....	557
3.4. Classificação das ações penais eleitorais .....	557
3.5. Ação penal pública eleitoral.....	557
3.5.1. Conceito .....	557
3.5.2. Princípios .....	558
3.5.2.1. Obrigatoriedade (legalidade).....	558

3.5.2.2. Indisponibilidade (inesistibilidade).....	560	4.2. Natureza jurídica .....	576
3.5.2.3. Indivisibilidade .....	560	4.3. Cabimento .....	576
3.5.2.4. Oficialidade .....	561	4.4. Efeitos .....	577
3.5.3. A denúncia .....	561	4.5. Prazo .....	577
3.5.3.1. Conceito .....	561	4.6. Forma de interposição e resultado.....	577
3.5.3.2. Requisitos.....	561	<b>5. SINOPSE.....</b>	<b>577</b>
3.5.3.3. Prazos .....	561	<b>6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>580</b>
3.6. Procedimento processual penal eleitoral.....	562	6.1. Súmulas do TSE .....	580
3.6.1. Introito.....	562	6.2. Informativos .....	580
3.6.2. Competência .....	562	6.3. Jurisprudência selecionada.....	596
3.6.2.1. Regra geral .....	562	<b>CAPÍTULO XIV</b>	
3.6.2.2. Competência funcional por prerrogativa de função .....	563	<b>AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AÇÕES ESPECIAIS ELEITORAIS.....</b>	<b>601</b>
3.6.2.3. Competência pela prática de crime eleitoral por menores de 18 anos de idade .....	566	<b>1. MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>601</b>
3.6.2.4. Competência pela prática de crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida.....	566	1.1. Conceito.....	601
3.7. Rito processual por crime eleitoral.....	567	1.2. Espécies .....	601
3.7.1. Procedimento criminal eleitoral da primeira instância.....	567	1.3. Natureza jurídica .....	601
3.7.1.1. Procedimento criminal previsto no Código Eleitoral.....	567	1.4. Previsão .....	601
3.7.1.2. Procedimento criminal previsto após o advento da Lei nº 11.790, de 20 de junho de 2008 .....	569	1.5. Origem.....	602
3.7.1.2.1. Procedimento comum ordinário.....	569	1.6. Objeto.....	602
3.7.1.2.2. Procedimento comum sumário .....	573	1.7. Requisitos específicos .....	602
3.7.1.2.3. Procedimento comum sumaríssimo .....	573	1.8. Partes legitimadas .....	603
3.7.2. Procedimento criminal eleitoral da segunda instância (Tribunal Regional Eleitoral) .....	574	1.9. Procedimento.....	604
<b>4. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL (RCE).....</b>	<b>576</b>	1.10. O mandado de segurança em matéria eleitoral .....	606
4.1. Previsão legal.....	576	<b>2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO ..</b>	<b>607</b>
		2.1. Conceito.....	607
		2.2. Previsão legal e origem .....	607
		2.3. Objeto .....	607
		2.4. Legitimados ativos .....	607
		2.5. Pressupostos .....	608
		2.6. Coisa julgada.....	608
		2.7. Mandado de segurança coletivo em matéria eleitoral .....	608
		<b>3. HABEAS DATA .....</b>	<b>610</b>

3.1. Conceito.....	610	6.3.2. Passiva .....	624
3.2. Origem e previsão .....	610	6.4. Prazos (LC n.º 64/90, art. 3.º) .....	625
3.3. Natureza jurídica .....	610	6.5. Competência .....	625
3.4. Finalidade .....	611	6.6. Procedimento.....	626
3.5. Cabimento e competência.....	611	<b>7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL</b>	
3.6. Legitimidades ativa e passiva .....	612	<b>ELEITORAL (AIJE).....</b>	<b>632</b>
3.6.1. Legitimidade ativa.....	612	7.1. Conceito.....	632
3.6.2. Legitimidade passiva.....	612	7.2. Previsão legal.....	632
3.7. <i>Habeas Data</i> em matéria eleitoral .....	612	7.3. Prazo .....	633
<b>4. MANDADO DE INJUNÇÃO</b>		7.4. Legitimidades ativa e passiva .....	633
<b>INDIVIDUAL E COLETIVO.....</b>	<b>613</b>	7.4.1. Legitimidade ativa.....	633
4.1. Conceito.....	613	7.4.2. Legitimidade passiva.....	634
4.2. Objeto e previsão legal .....	613	7.5. Competência .....	634
4.3. Requisitos e competência.....	613	7.6. Causa de pedir.....	634
4.3.1. Requisitos .....	613	7.7. Rito processual .....	635
4.3.2. Competência .....	614	7.8. Peculiaridades .....	637
4.4. Legitimidades ativa e passiva .....	614	<b>8. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE</b>	
4.4.1. Legitimidade ativa.....	614	<b>MANDATO ELETIVO (AIME) .....</b>	<b>638</b>
4.4.2. Legitimidade passiva.....	616	8.1. Conceito.....	638
4.5. Efeitos .....	616	8.2. Previsão legal.....	638
4.6. Mandado de injunção em matéria		8.3. Natureza jurídica .....	638
eleitoral.....	617	8.4. Origem.....	638
<b>5. HABEAS CORPUS.....</b>	<b>620</b>	8.5. Fundamento.....	638
5.1. Conceito.....	620	8.6. Finalidade .....	639
5.2. Espécies .....	620	8.7. Prazo de interposição.....	639
5.3. Legitimidades ativa e passiva .....	620	8.8. Competência .....	639
5.3.1. Legitimidade ativa.....	620	8.9. Legitimidades ativa e passiva .....	640
5.3.2. Legitimidade passiva.....	620	8.9.1. Legitimidade ativa.....	640
5.4. Cabimento .....	620	8.9.2. Legitimidade passiva.....	640
5.5. Prazo .....	621	8.10. Rito processual .....	641
5.6. O <i>habeas corpus</i> no Direito Eleitoral.....	621	8.11. Peculiaridades .....	642
<b>6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO</b>		<b>9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL (ARE).....</b>	<b>642</b>
<b>DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC) .</b>	<b>622</b>	9.1. Conceito.....	642
6.1. Previsão legal.....	622	9.2. Previsão legal.....	643
6.2. Finalidade .....	622	9.3. Natureza jurídica .....	643
6.3. Legitimidade.....	623	9.4. Legitimidade ativa .....	643
6.3.1. Ativa.....	623		

9.5. Cabimento .....	643	1.2. Finalidade .....	680
9.6. Competência .....	643	1.3. Fundamento .....	680
9.7. Prazo de interposição.....	644	1.4. Características .....	681
9.8. Competência .....	644	1.5. Classificação .....	681
9.9. Peculiaridades .....	644	1.5.1. Quanto ao objeto tutelado.....	681
<b>10. RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO</b>		1.5.1.1. Recursos ordinários ou	
<b>(RCD) .....</b>	<b>645</b>	normais.....	681
10.1. Noção prévia .....	645	1.5.1.2. Recursos extraordinários ou	
10.2. Natureza jurídica .....	645	especiais .....	682
10.3. Previsão legal.....	645	1.5.2. Quanto ao fim pretendido.....	682
10.4. Competência para julgar o recurso .....	645	1.5.2.1. Reforma.....	682
10.5. Prazo de interposição.....	646	1.5.2.2. Invalidação .....	682
10.6. Cabimento .....	646	1.5.2.3. Esclarecimento ou	
10.7. Legitimidades ativa e passiva .....	647	integração.....	682
10.7.1. Legitimidade ativa.....	647	1.5.3. Quanto à extensão da matéria.....	682
10.7.2. Legitimidade passiva .....	647	1.5.3.1. Recurso parcial.....	682
10.8. Procedimento.....	648	1.5.3.2. Recurso total .....	682
10.9. Peculiaridades .....	649	1.5.4. Quanto à fundamentação .....	683
<b>11. REPRESENTAÇÃO OU RECLAMAÇÃO</b>		1.5.4.1. Recurso de fundamentação	
<b>POR INFRINGÊNCIA À LEI DAS</b>		livre ou ilimitada.....	683
<b>ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97) .....</b>	<b>649</b>	1.5.4.2. Recurso de fundamentação	
11.1. Previsão legal.....	649	vinculada ou limitada.....	683
11.2. Competência .....	650	1.5.5. Quanto à fonte .....	683
11.3. Legitimidade.....	650	1.5.5.1. Recursos constitucionais .....	683
11.4. Procedimento.....	650	1.5.5.2. Recursos legais.....	683
11.5. Peculiaridades .....	651	1.5.5.3. Recursos regimentais.....	683
<b>12. SINOPSE .....</b>	<b>652</b>	1.6. Efeitos .....	683
<b>13. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA....</b>	<b>656</b>	1.6.1. Efeito devolutivo .....	684
13.1. Súmulas do STF .....	656	1.6.2. Efeito suspensivo .....	684
13.2. Súmulas do TSE .....	658	1.6.3. Efeito extensivo .....	684
13.3. Informativos .....	659	1.6.4. Efeito regressivo .....	684
13.4. Jurisprudência Seleccionada .....	669	1.6.5. Efeito translativo .....	685
<b>CAPÍTULO XV</b>		1.6.6. Efeito substitutivo .....	685
<b>RECURSOS ELEITORAIS .....</b>	<b>677</b>	1.7. Princípios .....	685
<b>1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....</b>	<b>677</b>	1.7.1. Princípio do duplo grau de	
1.1. Conceito de recursos.....	677	jurisdição .....	685
		1.7.2. Princípio da taxatividade .....	685
		1.7.3. Princípio da singularidade	
		(unirrecorribilidade).....	686
		1.7.4. Princípio da fungibilidade .....	686

1.7.5. Princípio da vedação da "reformatio in pejus" .....	686
1.7.6. Princípio da voluntariedade .....	687
1.7.7. Princípio da lesividade .....	688
1.7.8. Princípio da personalidade .....	688
1.8. Juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) .....	688
1.9. Pressupostos gerais recursais .....	688
1.9.1. Pressupostos subjetivos .....	688
1.9.2. Pressupostos objetivos .....	689
1.10. Renúncia e desistência do recurso .....	691
1.10.1. Desistência .....	691
1.10.2. Renúncia .....	693
<b>2. ESPÉCIES RECURSAIS ELEITORAIS .....</b>	<b>693</b>
2.1. Recursos contra decisões dos Juízes Eleitorais .....	693
2.1.1. Apelação criminal eleitoral ou recurso eleitoral criminal (REC) .....	694
2.1.2. Recurso em sentido estrito (RESE) .....	695
2.1.3. Recurso inominado eleitoral ....	696
2.2. Recursos contra decisões das Juntas Eleitorais .....	697
2.2.1. Introdução .....	697
2.2.2. Recurso parcial .....	697
2.3. Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais .....	699
2.3.1. Recurso parcial .....	699
2.3.2. Recurso inominado eleitoral .....	700
2.3.3. Embargos de declaração .....	700
2.3.4. Recurso Especial Eleitoral .....	701
2.3.5. Recurso Ordinário Eleitoral (ROE) .....	703
2.3.6. Agravo de instrumento .....	705
2.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral .....	706
2.4.1. Recurso inominado .....	706
2.4.2. Embargos de declaração .....	706
2.4.3. Recurso extraordinário .....	707
2.4.4. Recurso ordinário constitucional (ROC) .....	709
2.4.5. Agravo de instrumento .....	710
<b>3. SINOPSE .....</b>	<b>710</b>
<b>4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>712</b>
4.1. Súmulas do STF .....	712
4.2. Súmulas do TSE .....	712
4.3. Informativos .....	713
4.4. Jurisprudência selecionada .....	722
<b>CAPÍTULO XVI</b>	
<b>FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE</b>	
<b>CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS .....</b>	<b>727</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>727</b>
<b>2. FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE</b>	
<b>CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS ...</b>	<b>727</b>
2.1. Introito .....	727
2.2. Legislação aplicável .....	728
2.3. Origem dos recursos .....	728
2.3.1. Fontes de arrecadação permitidas .....	728
2.3.2. Fontes de arrecadação vedadas .....	732
2.4. Procedimento para o início da arrecadação e gastos de recursos .....	732
2.4.1. Pedido de registro de candidatura .....	733
2.4.2. CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica .....	733
2.4.3. Conta bancária eleitoral .....	734
2.4.4. Obtenção dos recibos eleitorais ....	735
2.5. Gastos eleitorais .....	736
2.5.1. Introito .....	736
2.5.2. Data para início e término da arrecadação de recursos e realização de despesas .....	736
2.5.3. Elenco legal .....	736
2.5.4. Limitação de gastos de campanha .....	738
2.5.5. Sanções pela extrapolação do limite de gastos .....	738
2.6. Prestação de Contas de Campanhas .....	739
2.6.1. Quem deve prestar contas? .....	739
2.6.2. Qual o prazo para a prestação de contas final de campanha? .....	739
2.6.3. Há previsão de prestação de contas parcial de campanha? .....	740

2.6.4. Acaso os candidatos ou partidos políticos não prestem contas no prazo legal, qual deverá ser o comportamento da Justiça Eleitoral? ...	740
2.6.5. Quais peças e documentos devem ser apresentados no momento da prestação de contas? .....	741
2.6.6. Como deve ser realizada a prestação de contas e encaminhada à Justiça Eleitoral? .....	742
2.6.7. Análise e Julgamento das Prestações de Contas .....	742
2.6.7.1. Procedimento .....	742
2.6.7.2. Julgamento.....	743
2.6.7.3. Recursos .....	744
2.6.7.4. Fiscalização .....	744
2.6.8. Resultado financeiro .....	744
2.6.9. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED) e Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR).....	745
2.6.9.1. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED).....	745
2.6.9.1.1. Previsão Legal .....	745
2.6.9.1.2. Legitimidade .....	746
2.6.9.1.3. Competência.....	746
2.6.9.1.4. Prazo.....	747
2.6.9.1.5. Rito processual .....	748
2.6.9.2. Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR).....	749
2.6.9.2.1. Previsão Legal .....	749
2.6.9.2.2. Legitimidade .....	750
2.6.9.2.2.1. Legitimidade ativa .....	750
2.6.9.2.2.2. Legitimidade passiva.....	751
2.6.9.2.3. Competência.....	752
2.6.9.2.4. Prazo.....	752
2.6.9.2.5. Procedimento .....	753
2.6.9.2.6. Efeitos da decisão .....	753
2.6.9.2.7. Recursos .....	754
<b>3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>754</b>
3.1. Legislação aplicável .....	754
3.2. Prazo .....	754
3.3. Competência .....	755
3.4. Receitas partidárias permitidas e vedadas.....	755
3.5. Despesas partidárias.....	757
3.6. Obrigações partidárias.....	758
3.7. Procedimento do exame das contas partidárias pela Justiça Eleitoral (fases postulatória e instrutória, quando houver ou não movimentação financeira de recursos).....	759
3.8. Julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação (fase decisória) .....	765
3.9. Recursos e regularização.....	766
<b>4. SINOPSE.....</b>	<b>768</b>
<b>5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ....</b>	<b>772</b>
5.1. Súmulas do TSE .....	772
5.2. Informativos .....	772
5.3. Jurisprudência Seleccionada .....	781
<b>ANEXO I .....</b>	<b>787</b>
<b>ANEXO II</b>	
<b>PROGRAMA OFICIAL DE DIREITO ELEITORAL DO CONCURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (CARGO: PROCURADOR DA REPÚBLICA)....</b>	<b>793</b>
<b>PROGRAMA OFICIAL DE DIREITO ELEITORAL DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA .....</b>	<b>795</b>
<b>ANEXO III</b>	
<b>QUADRO RESUMIDO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO.....</b>	<b>797</b>
<b>ANEXO IV</b>	
<b>ALISTAMENTO ELEITORAL (RESOLUÇÃO Nº 23.659/21-TSE) .....</b>	<b>803</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>829</b>